



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES**

ADRIANA PEREIRA NUNES DE SOUSA

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA: UMA EXPERIÊNCIA DE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2016**

ADRIANA PEREIRA NUNES DE SOUSA

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA: UMA EXPERIÊNCIA DE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Orientador (a): Profª M. S. Joana Áurea Cordeiro Barbosa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras-Português.

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
OUTUBRO DE 2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725e Sousa, Adriana Pereira Nunes de.
O ensino de língua portuguesa na EJA [manuscrito] : uma experiência de estágio supervisionado / Adriana Pereira Nunes de Sousa. - 2016.
22 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Joana Áurea Cordeiro Barbosa, Departamento de Letras e Humanidades".

1. Ensino. 2. Aprendizagem. 3. Língua Portuguesa. 4. Educação de jovens e adultos. I. Título.

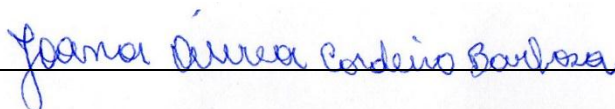
21. ed. CDD 374

ADRIANA PEREIRA NUNES DE SOUSA

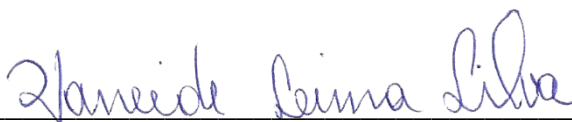
**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA: UMA EXPERIÊNCIA DE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

APROVADO EM: 19/10/2016.

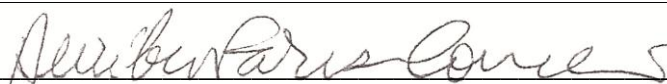
Banca examinadora:



**Profª. Ms. Joana Áurea Cordeiro Barbosa
(Orientadora – UEPB)**



**Profª. Dra. Vaneide de Lima Silva
(Titular – UEPB)**



**Prof. Dr. Auríbio Farias da Conceição
(Titular – UEPB)**

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA EJA: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre o ensino e a aprendizagem nas aulas de Língua Portuguesa no 1º ano do Ensino Médio, da rede pública estadual de ensino, modalidade EJA. Fundamenta-se nas teorias sobre ensino e aprendizagem, nos PCNs que determinam como deve ser o ensino de textos, gramática e literatura. Aborda a função social da escola e sobre o ensino da EJA. Partimos das evidências observadas nas atividades de Estágio Supervisionado III. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, tendo a observação como instrumento de pesquisa. Nas análises feitas, observamos que a professora ministra suas aulas seguindo muitas das orientações dos PCNs, distanciando-se, portanto, de um ensino “tradicional” no qual apenas o ensino da gramática era priorizado. Concluímos também que, mesmo assim, os alunos se mostraram indisciplinados e com dificuldade para compreender os textos.

Palavras-chave: Ensino, aprendizagem, Língua Portuguesa, Educação de Jovens e Adultos.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute o ensino de Língua Portuguesa vivenciado durante o Estágio Supervisionado III, do Curso de Letras - Campus IV da UEPB, realizado no Ensino Médio. Percebemos então, a importância do Estágio Supervisionado, que contribui para o processo de formação do professor de Língua Portuguesa, proporcionando vivências diversificadas no âmbito escolar, capacitando-o a lecionar nas diversas modalidades de ensino de português.

Ao observarmos as aulas, percebemos a prática de ensino direcionada pela professora e as reações dos alunos da EJA diante dessa prática. Os alunos aparentemente cansados de um dia de trabalho, mas sempre presentes às aulas, na esperança de conseguir um espaço na sociedade. Isso desencadeou nosso interesse em analisar as evidências percebidas e documentadas durante a vivência.

Tendo em conta o objetivo do ensino de forma geral, sabemos que este pretende promover a aprendizagem do aluno. Isso significa conduzir os indivíduos a adquirirem os conhecimentos produzidos pelos grupos sociais em que convivem, dando opiniões sobre determinados assuntos, com senso de compromisso e responsabilidade, tornando-se assim cidadãos conscientes e atuantes na sociedade.

Sobre isso, Andrade (n/d, p. 03), esclarece os objetivos da escola através do seguinte depoimento de Vera Lúcia Costa:

A escola é uma instituição social com o objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio de conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade.

Sendo assim, entendemos que a escola deve partir do conhecimento de mundo que o discente traz ao chegar na mesma, contextualizando esses conhecimentos com os conteúdos a serem trabalhados.

No ensino da EJA, a educação escolar tem a função de contribuir na formação dos alunos que procuram essa modalidade de ensino, pois o fazem por necessidade de conseguirem um emprego melhor, a elevação da autoestima, a independência ou melhoria da vida social. Seus motivos vão além de questões pessoais e estendem-se a vivência de valores democráticos e o bem-estar comum. Segundo Libâneo (1994, p 17), “[...] através dessa ação educativa o meio social exerce influência sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social”.

Existem vários motivos que levam o aluno a frequentar a EJA. O principal deles está nas séries iniciais, que é aprender a escrever o nome para assinar algum documento, ler pequenas frases ou a bíblia, escrever cartas, recados, calcular, assim como aprender a se expressarem melhor. Em séries mais adiantadas, mesmo sabendo ler e escrever, os alunos querem alcançar maiores espaços como cidadão e serem aceitos socialmente (LOPES e SOUSA, 2010).

Nessa perspectiva, o objetivo maior do ensino de Língua Portuguesa deverá ser capacitar os discentes para escrever e interpretar textos nos mais diversos gêneros textuais e de forma satisfatória. Assim, nas aulas de Língua Portuguesa, a função da escola se caracteriza em colocar o aluno em contato diário com diversos gêneros textuais, devendo para com isso, formar leitores capazes de perceber as particularidades, os sentidos e as construções dos diversos gêneros textuais.

Diante das experiências vivenciadas, nosso objetivo para este trabalho consiste em analisar o ensino de Português oferecido aos alunos da Educação de

Jovens e Adultos, afim de compreender os elementos que conduzem esse ensino e a motivação dos alunos no ambiente de sala de aula.

Partindo desse objetivo, perguntamos, como foi desenvolvido o ensino de Língua Portuguesa nas turmas de EJA? Como é o ambiente de sala de aula dos alunos da EJA, no Ensino Médio? Que elementos interferem na aprendizagem do aluno?

Apresentamos, então, o referido trabalho organizado da seguinte forma: primeiro, algumas reflexões teóricas sobre o ensino e a aprendizagem nas aulas de Língua Portuguesa, a função social da escola, a Educação de Jovens e Adultos e o ambiente de sala de aula. Em seguida, após apresentar a metodologia, descrevemos os dados coletados, no sentido de apresentar as evidências observadas em sala de aula com breve análise dos fatos identificados. Na discussão e conclusões, fazemos as considerações finais com um aporte teórico adequado sobre os dados analisados no sentido da interação teoria/prática.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tratando da função social da escola, Libâneo (1996, p. 19) aponta que esta instituição deve proporcionar uma prática escolar concreta que assegure a realidade do professor, fazendo com que essas condições não se reduzam só na parte pedagógica, mas sim nos interesses das classes sociais, que essas tendências pedagógicas sirvam de contribuição nas técnicas escolares. Sobre isso, afirma:

A prática escolar consiste na concretização das condições que asseguram a realização do trabalho docente. Tais condições não se reduzem ao estritamente "pedagógico", já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade concreta que, por sua vez, apresenta-se como constituída por classes sociais com interesses antagônicos. A prática escolar, assim, tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade, conseqüentemente diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno, técnicas pedagógicas, etc.

Em outras palavras, a função social da escola consiste em vários interesses, e um deles é assegurar o trabalho do docente e do discente, para que possam cumprir seu papel na sociedade. A escola possui atribuições diferentes das do grupo familiar,

visto que oferece ao discente à formação para atuar como profissional responsável na sociedade.

Para Libâneo et al (2005, p. 117), a meta da escola é fazer com que o aluno aprenda dentro de um espaço em que a mesma não seja somente um ambiente escolar com obrigação de estudar, e sim que ela passe a ser um encontro com troca de experiências, saberes, aprendizado de forma satisfatória, prazerosa e real. Para o autor, o grande desafio da escola é fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional.

No âmbito dessa questão, compreendemos que o ensino de Língua Portuguesa corresponde ao ensino de Produção Textual, Gramática e Literatura. Segundo os PCNs (2001, p. 49), o ensino de texto consiste em “[...] contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas”.

Em outras palavras, o aluno precisa acostumar-se com o exercício diário da leitura e da escrita, percebendo que é um sujeito capaz de ser participativo na sociedade, aprendendo a conviver com a leitura e escrita de diversos gêneros textuais de forma natural.

Vejamos o que Antunes (2003, p.110) diz sobre o ensino de texto:

[...] o texto é que vai conduzindo nossa análise e em função dele é que vamos recorrendo às determinações gramaticais, aos sentidos das palavras, ao conhecimento que temos da experiência. Este objeto - o texto - é que vai condicionar a escolha dos itens, os objetivos com que os abordamos e a escolha nas atividades pedagógicas.

Sendo incontestável a importância do texto nas aulas de Língua Portuguesa, é necessário fazer uma reflexão sobre como ele deve ser utilizado nestas aulas. Quanto ao ensino de literatura, os PCNs (2001, pp. 36-37) abordam a importância do trabalho com o texto literário:

Importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as

diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral e texto literário.

Falando do ensino de Gramática, Antunes (2003, p. 88) explica:

A questão maior não é ensinar ou não ensinar gramática. Por sinal, essa nem é uma questão, uma vez que não se pode falar nem escrever sem gramática. A questão maior é discernir sobre o objeto do ensino: as regras (mais precisamente: as regularidades) de como se usa a língua nos mais variados gêneros de textos orais e escritos.

Então, o docente deve ir além do trabalho com regras e análises de frases. O ensino deve focar nos sentidos que o texto apresenta, estabelecendo comunicação entre os interlocutores. Pois em Antunes (2003, p. 53), encontra-se a seguinte afirmação:

Saber gramática não é o suficiente para uma atuação verbal eficaz. De fato, um dos maiores equívocos consiste em se acreditar que o conhecimento da gramática é suficiente para se conseguir ler e escrever com sucesso os mais diferentes gêneros de texto, conforme as exigências da escrita formal e socialmente prestigiada.

Devido isso, entendemos que a gramática não deve ser trabalhada de forma isolada, mas contextualizada para que o aluno compreenda os diversos usos das línguas nos mais variados gêneros textuais. Nesse sentido, o objetivo maior do ensino de Língua Portuguesa se define, segundo Antunes (2003, p. 111), da seguinte forma: é nas questões de produção e compreensão de textos, e de suas funções sociais, que se deve centrar o estudo relevante e produtivo da língua. Ou melhor, é o uso da língua - que apenas se dá em textos - que deve ser o objeto - de estudo da língua.

Nessa perspectiva, para um ensino efetivo de Língua Portuguesa na EJA, devemos discutir e fazer um exame minucioso quando formos dar uma aula, além de apresentar propostas de materiais para uma aula satisfatória. É preciso que o professor esteja tranquilo e de certo modo, sabendo que o indispensável é a curiosidade do aluno, e essa curiosidade faz com que se possa refletir, indagar e mais ainda contextualizar. Neste sentido, Freire (1996, p. 52) explica:

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso e indispensável mesmo, que o professor se ache "repousado" no saber de que a pedra

fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, reconhecer.

Assim, para o autor, o principal caminho para poder dar uma aula é ter a curiosidade de conhecer os alunos, entender seus conflitos, anseios e desejos, fazendo com que eles se sintam à vontade, para criar uma relação de ensino e aprendizagem onde eles possam aprender e trazer suas dúvidas, e conseqüentemente provocando o interesse entre os demais colegas.

Não se pode negar que existe certo tratamento em relação aos problemas de EJA, como por exemplo, um descaso com as pessoas, pois as mesmas não possuem muita importância para os gestores e educadores, tratando-as como se não tivessem valor no meio em que vivem, sendo consideradas desprovidas de conhecimento e não contribuintes no meio social. Diante disso, Lemme (2004, p. 65) destaca que “mesmo entre as pessoas que tem certo trato com os problemas de educação e de ensino é comum verificar-se um completo desconhecimento da importância e da significação hoje emprestadas ao problema da educação de adultos”.

Durante algum tempo, a alfabetização de jovens e adultos tinha como meta principal conformar a população, ensinando-os a ler e escrever, já que o principal objetivo do governo era o de ter mais indivíduos alfabetizados, também com o intuito de terem mais votantes e pessoas escolarizadas. Conforme afirma Lopes e Sousa (2010, p.3):

Inicialmente a alfabetização de adultos para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado.

Dessa forma, a educação de jovens e adultos realizaria sua função dentro de um espaço que pudesse atingir sua meta, fazendo com que as pessoas fossem alfabetizadas e participassem da sociedade obedecendo regras de uma elite.

Lopes e Sousa (2010, p.02) mostram que os alunos da EJA são excluídos e discriminados da sociedade. Esses alunos, em geral, optaram por trabalhar para ajudar no sustento dos pais e, de modo geral, por não terem meios de sobrevivência ou por terem dificuldades em acompanhar sua turma. São pessoas que abandonaram os estudos na fase mais apropriada para a aprendizagem. Afirmam então os autores:

É preciso que a sociedade compreenda que os alunos de EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha, discriminação, críticas, dentre tantos outros. E que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade. O jovem e o adulto, aluno da EJA, não é como o estudante universitário, não é o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização. O jovem e o adulto da EJA, é o trabalhador do chão de fábrica, é a mulher que foi mãe adolescente, é o migrante de áreas rurais que vem a cidade com o intuito de “crescer na vida”, é o aluno que priorizou trabalhar a estudar, é o deficiente que não conseguiu acompanhar sua turma.

Também há outros problemas que atingem a Educação de Jovens e Adultos. Sobre isso, Paiva et al (2004, p.20) vem afirmar o seguinte:

Ocupando lugar secundário nas políticas educacionais atribuem-se a EJA recursos insuficientes; faltam informações sobre os montantes de recursos a ela destinados, bem como critérios claros para a sua distribuição e liberação. Dispondo de financiamento escasso, os programas de EJA não contam com recursos materiais e humanos condizentes com a demanda por atender. Essa modalidade de ensino padece de falta de profissionais qualificados, de materiais didáticos específicos e de espaços físicos e adequados, problemas estes, agravados pela discriminação dos cursos e alunos por parte dos dirigentes das unidades educativas e pela ausência de um processo sistemático de acompanhamento, controle e avaliações das ações desenvolvidas.

O ensino das turmas da EJA se realiza inserido nessa problemática. Assim, é necessário que o professor atue e promova uma educação de qualidade, onde juntos possam conciliar a formação técnica com a humana, que poderá possibilitar aos estudantes a formação de trabalhadores capazes de interagir com o meio e criar possibilidades de emprego com competência suficiente.

Percebemos então que em relação a EJA, o ensino de Língua Portuguesa é de fundamental importância, uma vez que, na escola só se aprende quando existe o encontro entre a língua oral e escrita que cada aluno pratica em seu meio social. Sendo ensinado de forma contextualizada, pode diminuir a exclusão social e favorecer a cidadania.

Diante disso, precisamos compreender que, com alunos da EJA é necessário a criação e a prática da análise linguística, o ensino de gramática, de textos, literatura, e o discurso enquanto prática entre indivíduos, trabalhando não somente determinados assuntos de forma literal ou isolada, mas sim de forma contextualizada. Nesse sentido, a Proposta Curricular de Língua Portuguesa para a EJA (2002, p.19)

ênfatiza que “qualquer aprendizagem só é possível por intermédio da língua, visto que é por meio dela que se toma contato com as representações construídas pelas várias áreas de conhecimento”.

Segundo Geraldi (1999, p. 40), quando se fala em ensino, uma questão como “para que ensinamos ou o que ensinamos?”, e sua correlata: “para que [...] os alunos aprendem o que aprendem?”, é esquecida em benefício de discussões sobre como ensinar, quando ensinar, o que ensinar, etc. Para o referido autor, a resposta a esta pergunta implica assumir tanto uma concepção de linguagem, quanto uma postura relativa à resposta “para que”, uma vez que tais respostas darão efetivamente as diretrizes básicas do ensino de Língua Portuguesa.

Nesse contexto, as necessidades motivacionais não garantem em si a necessidade de aprender, já que uma pessoa pode adquirir habilidades sem que estas estejam direcionadas diretamente no sentido das necessidades do dia a dia, mas que sejam motivos para o estudo e aprendizagem, como a aplicação da leitura e escrita para melhorar seu aprendizado no espaço em que vivem. Segundo Prestes (2007, p. 25):

A aprendizagem, por si mesma, não garante o atendimento das necessidades motivacionais. Uma pessoa pode adquirir novas competências (aprendizagem) sem que estas estejam efetivamente sendo utilizadas na contemplação das necessidades cotidianas, objeto de motivação para o estudo e para a aprendizagem, como por exemplo, aplicar a leitura e escrita aprendida para melhorar o trabalho ou nas orientações, no espaço urbano.

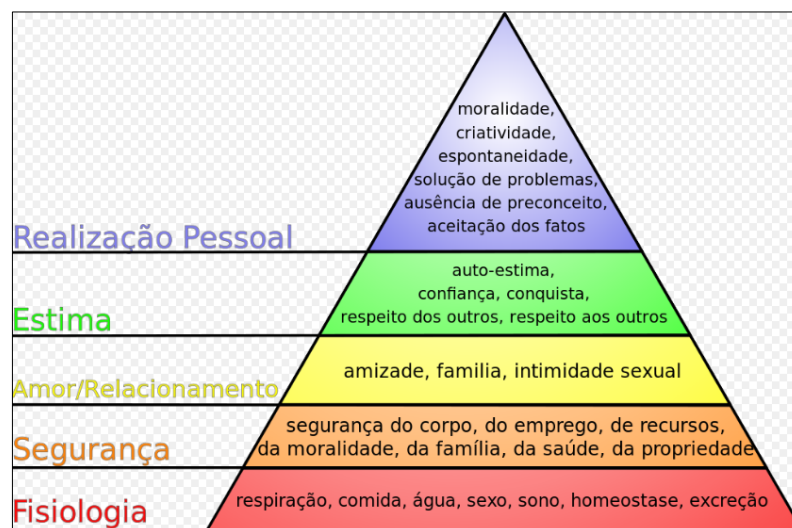
O foco central de qualquer trabalho ou atividade proposta deve ser a maneira como o ser humano age diante de determinado assunto, porque é dessa forma que o interesse e a curiosidade do aprendiz são estimulados, fazendo com que ele tome posse daquilo que está aprendendo de forma satisfatória e eficaz, para motivar a atenção e, para que no final as informações coincidam com aquilo que o mesmo visualizou e compreendeu. Como afirma Cunha (2008, p. 44):

O ponto de partida de qualquer trabalho pedagógico deve ser a emoção. Como vimos, a emoção do aprendente apropria-se do que será apreendido e, desta forma, o afeto atua no início do processo de aprendizagem para canalizar a atenção e, no final, para ajudar a memória no resgate das informações.

Nesse sentido, o docente deve aplicar atividades que estimulem a motivação dos educandos em momentos de descontração, fazendo com que elevem sua autoestima, e assim superando seus limites.

Maslow (1908-1970), citado por Tavares et al (2007, pp. 122-123), formulou a “teoria da auto realização” com base na hierarquia de necessidades que influenciam o comportamento humano. Concluiu a partir desse estudo que toda a espécie humana tem as mesmas necessidades psicológicas. Com base nestas, formam-se os valores humanos e universais. Segundo o teórico, o homem expande as suas necessidades no decorrer da vida e à medida que as necessidades mais básicas vão sendo satisfeitas, outras mais elevadas assumem o predomínio do seu comportamento. Podemos perceber isto na figura a seguir.

Figura 1: Pirâmide das necessidades de Maslow



Fonte: Tavares, et al (2007, p. 122)

São as necessidades que impulsionam o comportamento das pessoas. O desenvolvimento integral do ser humano, no contexto social, obedece a uma ordem hierárquica de necessidades que precisam ser cumpridas até a pessoa atingir a auto realização. Isso se aplica ao aluno da EJA, porque é uma pessoa que não teve todas as suas necessidades atendidas.

Assim, surge o desafio do professor em sala de EJA. Freire (1996), sugere que o educador (professor) atue numa linha de educação problematizadora ou conscientizadora, visando ajudar a superar a relação opressor-oprimido. Essa educação problematizadora ou conscientizadora objetiva o desenvolvimento da consciência crítica e da liberdade. Professor e aluno são, portanto, sujeitos de um

processo em que crescem juntos, porque, “[...] ninguém educa ninguém, ninguém se educa, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Neste sentido, Gadotti (2006, p.59) mostra que a formação do educador deve ser constante e ordenada, porque a prática se faz e refaz. Analisando esse princípio, percebe-se que a formação não deve ser interrompida, mas sim constante e perspicaz. Trabalhar na EJA, assim como em outra qualquer modalidade de ensino, requer preparação e ensaio para ministrar uma aula. Portanto, o professor precisa refletir sua prática de ensino, repensar seus planos de aula e seguir novos caminhos, sempre buscando novas perspectivas de ensino e aprendizagem.

Segundo Vygotsky (2000), o professor é o mediador entre o conhecimento e o aluno, e essa mediação favorece o desenvolvimento de habilidades e capacidades, procurando compreender como ele analisa, organiza e estabelece relações com o objeto de conhecimento para que suas intervenções possam ser planejadas visando facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

O professor não é apenas um instrutor que transmite o saber e nem também um simples orientador de conhecimentos. O docente possui um papel com grandes dimensões, como afirma Freire (1999, p. 96):

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim, um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

Freire (1984) mostra a necessidade do professor compreender os fenômenos da formação social dos aspectos psicossociais, e de como a opressão se introduz e se instala no universo subjetivo do próprio oprimido, produzindo não apenas atitudes submissas, mas também extremamente autoritárias, quando em situação favorecida – oprimidos que oprimem, aderentes ao conteúdo do opressor –, o autor revela intensa preocupação com a desigualdade das relações de poder na sociedade e as necessárias rupturas, para que práticas mais igualitárias na escola e na educação de adultos possibilitem a conquista de direitos iguais para todos.

Neste contexto, Libâneo (2001 p. 396) reconhece que a relação professor-aluno deve impregnar a totalidade da ação profissional do professor. Isso implica conhecer seu aluno, integrá-lo na sala de aula, favorecer a troca de

experiência, vencer o autoritarismo, além de estabelecer um clima favorável de compreensão e aceitação que possa favorecer a aprendizagem. É fato que os professores necessariamente aprendem no contato com os alunos, e serão melhores educadores quanto maior for sua capacidade para essa aprendizagem e um bom relacionamento com a classe.

A importância desse papel é assinalada por Coll e Colomina (1996, p. 299) ao explicarem que no ambiente de sala de aula, coabitam as relações entre alunos e entre professores e alunos. Estas relações podem incidir de forma decisiva sobre determinados aspectos do desenvolvimento cognitivo e socialização do alunado. Os alunos aprendem dependendo do clima estabelecido para que ocorram as relações pedagógicas. Segundo estes autores, a interação entre iguais (entre alunos) contribui para o rendimento escolar e proporciona, ainda, a aprendizagem de habilidades sociais e comportamentos necessários à vida adulta, como controle de impulsos agressivos, adaptação às normas estabelecidas e a retomada de perspectivas.

Sobre isso, Krasilchik (2008) salienta que a maior parte da desistência de professores principiantes refere-se nas dificuldades em interagir em sala de aula com os alunos de modo geral, e especificamente, com aqueles com dificuldades. Essa problemática leva o docente à desistência da carreira.

O autor lembra ainda o problema da indisciplina na sala de aula e refere que o silêncio não significa disciplina. No entanto caberá ao professor o domínio da sala de aula como também, com responsabilidade, mostrar ao aluno seu compromisso, levando assim a um convívio harmonioso e de respeito em sala de aula. Porém, o professor deve assumir uma postura profissional e caso cometa erros não deve temer em repará-los, pois isso pode criar um ambiente de desconfiança levando a conflitos gerados pela falta de credibilidade.

A indisciplina e a desmotivação permanecem em sala de aula, tanto nas escolas estaduais como nas particulares, independentemente de qualquer situação, seja ela cultural ou social das pessoas envolvidas em tais situações. Representa uma tarefa com um grande nível de dificuldade e repleta de desafios, pois não existe uma solução fácil para lidar com a mesma (NÉRICI, 1992).

Infelizmente, ainda há professores que não sabem como agir em meio a indisciplina e tampouco conseguem separar o pessoal do profissional, e levam seus problemas para o ambiente de trabalho, atrapalhando o relacionamento entre aluno e professor, tornando a aula difícil e monótona, além de favorecer a indisciplina, que às

vezes podem causar até mesmo atos de violência, seja ela verbal ou física. Sobre isso, Nérici (1992, p. 7) afirma:

Boa técnica de motivação é ter uma conversa em particular com o aluno. Em que se procura explorar o sentimentalismo e também, quando necessário, falar francamente com o aluno, chamando-o às suas responsabilidades. É imprescindível que ele sinta, apesar das verdades, se necessárias, que o professor é seu amigo e tudo está fazendo para ajudá-lo.

Dessa forma, notamos que os professores não podem acabar totalmente com indisciplina em sala de aula, mas de certa forma podem contribuir para diminuir a mesma e que, de fato, isso levará a uma melhoria na relação de aluno e professor em sala de aula, favorecendo a construção de um bom convívio social, o qual terá sua importância na aprendizagem dos mesmos.

3. METODOLOGIA

Como já colocamos inicialmente, o trabalho que estamos realizando diz respeito a uma análise dos elementos pedagógicos que foram vivenciados no Estágio Supervisionado. Esta etapa do Estágio Supervisionado III realizou-se na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Aristides, localizada na Rua Félix Trajano, nº63, Centro, Bom Sucesso-PB, na turma do 1º ano do Ensino Médio na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) do turno noturno, numa turma com o total de sete alunos (quatro mulheres e três homens), ambos com idades que variavam de 25 a 30 anos. Sendo cumprida essa fase no período de 20 de outubro a 20 de novembro de 2013, com duração de 15 aulas as quais compreendiam 2 horas seguidas.

Enfatizamos os pontos relevantes do ensino/aprendizagem nas aulas de Língua Portuguesa. As evidências descritas foram organizadas em narrativas que descrevem como foi a aula da professora e o comportamento dos alunos durante o Ensino de Língua Portuguesa.

Retomando nosso objetivo, queremos analisar o desenvolvimento do ensino de Língua Portuguesa direcionado aos jovens da EJA no Ensino Médio, atentando para a motivação dos alunos no ambiente de sala de aula. Embora tenham sido

observados o ensino, a aprendizagem, a avaliação e o ambiente de sala de aula, tomamos como recorte apenas as dimensões ensino e ambiente de sala de aula para serem analisadas.

Realizamos uma pesquisa de campo, qualitativa, através do instrumento da observação sistemática.

Assim, as categorias analisadas foram **o ensino de português**, considerando interpretação de texto, Gramática e Literatura na EJA; **Motivação** na sala de aula de EJA, procurando compreender os motivos que levam o aluno do EJA a frequentar a escola e o **ambiente de sala de aula**, percebendo como os alunos reagem ou se comportam na sala da EJA.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Na primeira aula observada a professora iniciou a aula com o texto "A paz se constrói a cada instante". Em seguida, distribuiu o referido texto para que os alunos fizessem a leitura coletiva. Na medida em que a professora fazia a leitura, os alunos acompanhavam. Em seguida, a docente realizou uma discussão. Nesse momento, foi percebido que alguns alunos ficaram atentos, enquanto outros ficavam dispersos com conversas paralelas. Posteriormente, a professora pediu silêncio. A professora fez muitas perguntas através de uma interpretação oral e escrita. A atividade foi escrita na lousa para que os alunos anotassem.

Em outra aula, a tarefa também foi uma interpretação do texto, seguida com um debate a partir das respostas dos alunos. Nesse momento, verificou-se que alguns respondiam a atividade, enquanto outros procuravam isolar-se dos demais e não respondiam as perguntas e nem participavam da discussão. Eles estavam conversando, manuseando os celulares e atrapalhando a concentração dos colegas.

Em outra observação, a professora passou um vídeo com duração de 20 minutos sobre o uso do hífen. Em seguida, solicitou que os alunos discutissem o que foi assistido. A maioria falou sobre o vídeo emitindo opiniões. Enquanto os alunos falavam, a professora anotava na lousa e explicava esclarecendo as dúvidas. Posteriormente, aplicou um exercício para ser feito em casa, o qual seria corrigido na aula seguinte. Houve uma participação maior da turma nessa aula.

Na última aula a professora introduziu o assunto a respeito dos três gêneros literários: Épico, Lírico e Dramático. Através de um texto, foi feita uma leitura coletiva,

seguida de discussões. Os alunos acharam o assunto de difícil compreensão. Aconteceu barulho na sala. A docente pediu silêncio, alguns demonstraram interesse e participaram, interagindo com a mesma, enquanto outros ficavam isolados e em silêncio. Em seguida, um aluno fez a leitura do poema: "Soneto de Amor Total", de Vinícius de Moraes, pois achou o mesmo interessante. Posteriormente, um exercício com discussão foi aplicado. No momento da atividade os discentes conversavam sobre assuntos do cotidiano e diziam que a aula era monótona.

De modo geral, a professora procurou conversar com os alunos sobre o problema da participação. Conversou a respeito de assuntos do cotidiano dos alunos, e ainda procurou ajudá-los através de diálogo aberto e companheiro a respeito das dificuldades encontradas. Em alguns casos em que os alunos não faziam as atividades propostas, ela procurava saber os motivos e no momento de avaliá-los aproveitava todas as atividades realizadas pelos discentes.

Analisando a síntese das observações realizadas, percebemos que a docente demonstrou tranquilidade e paciência para conduzir a aula, mas notamos que às vezes, o texto trabalhado não era de fácil compreensão visto que os alunos não conseguiam responder às perguntas com segurança e diziam que tinham dúvidas. No tocante a relação professor/aluno, pode-se perceber que houve uma boa interação entre todos da sala. Percebemos que a professora é compreensiva, possui domínio de conteúdo, mas de modo geral, não conseguiu despertar a participação de forma ativa de todos os estudantes. Os alunos se mostravam cansados do dia de trabalho e não rendiam o suficiente na aula.

O ensino da língua, mesmo abordando a interpretação, não motivou os alunos. A professora, por sua vez, não conseguiu a participação de todos os alunos, visto que alguns deles tendiam a se isolar da discussão. O nível de dificuldade do texto precisaria ser considerado, pois nem todos foram atingidos.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Concluimos então, que o docente atuante no espaço escolar constrói a relação professor e aluno através de suas práticas em sala de aula. Dessa forma, para que a relação tenha significação, a questão de ser professor precisa de duas condições: a primeira é uma formação inicial e continuada, e a segunda, boas

condições de trabalho. Assim, o professor deve motivar discente e compreender em diversos aspectos, o perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos.

Embora a docente tenha um perfil de bom profissional ao demonstrar preocupação para com os discentes, estes não desenvolvem a aprendizagem de forma satisfatória, devido a desmotivação para aprender e falta de objetivos. O ensino da língua é fundamental nesse processo, pois leva o aluno a novas descobertas, de modo a exercer sua cidadania.

Compreendemos que os alunos da educação de jovens e adultos são pessoas que não tiveram, por um motivo ou outro, a oportunidade de estudar no tempo adequado. Muitos tiveram que trabalhar ao invés de estudar, pois, muitas vezes, para ajudar no sustento da família. Tiveram também dificuldades de acompanhar o processo educativo regular e por possuírem certos déficits para aprender, sem haver uma avaliação adequada de suas possibilidades. Podemos citar ainda, a problemática de ser mãe, e ainda adolescente, o desestímulo da família, além de outros interesses pessoais que não permitiu o envolvimento com a escola.

De modo geral o objetivo desse aluno é concluir com rapidez os estudos para conseguir uma certificação e arrumar um emprego. Desejam ter o livre acesso aos direitos e deveres de cidadãos. Sentem a necessidade de serem incluídos na sociedade e garantir seu lugar, ao passo que muitos outros já estão em busca de ocupar tal espaço, pois o mesmo é bem concorrido.

Os alunos de EJA são tratados como sujeitos sem identidade, sem qualificação profissional, com relação ligada diretamente a uma condição não desejada pela escola. São considerados como já reprovados, sendo excluídos da sociedade e da condição humana como indivíduos que não se comprometeram com sua formação.

Conforme afirma Andrade (2004, p.1), de um modo geral, os sujeitos da EJA são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados, sob diferentes nomes, relacionados diretamente ao chamado “fracasso escolar”.

Arroyo (2001) ainda chama a atenção para o discurso escolar que os trata, a priori, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora às dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional.

Neste sentido, o professor faz a diferença na vida desse aluno. Pode ser uma espécie de alicerce ou ponte para estimular e incluí-lo na sociedade. Dessa forma, os

professores devem ser educadores sempre atualizados em suas práticas escolares, buscando inovar a cada dia o modo de ensinar. Precisam conhecer a respeito da aprendizagem e dos elementos que nela interferem. Esse processo só acontece na escola através da interação entre professores, alunos e os assuntos específicos do conhecimento.

Para Arroyo (2001), as concepções e propostas de EJA devem ser comprometidas com a formação humana passam, necessariamente, por entender quem são esses sujeitos e que processos pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades e desejos. Em 1938, Paschoal Lemme (2004 p.65) já destacava que “mesmo entre as pessoas que têm certo trato com os problemas de educação e de ensino é comum verificar-se um completo desconhecimento da importância e da significação, hoje emprestadas ao problema da educação de adultos”.

Em consonância com o autor, podemos dizer que os professores sofrem as inquietações e pressões que acabam gerando insegurança e podem atrapalhar o andamento do trabalho em sala de aula. O docente deve enfrentar esses desafios com seriedade, pois a escolha pela docência significa assumir um compromisso com o outro, sendo responsável por construir e desenvolver a capacidade cognitiva do aluno, repassando assuntos que verdadeiramente contribuam para o seu desenvolvimento.

Sobre a motivação, Maslow, citado por Tavares et al (2007), afirma através da teoria do auto realização, que os valores humanos e universais são formulados a partir das necessidades psicológicas do indivíduo e que toda espécie humana tem as mesmas necessidades, sejam elas comportamentais ou fisiológicas. Conclui que as pessoas aprendem quando tem suas necessidades (hierárquicas) atendidas e que independente de qualquer situação, a escola deverá mobilizar as ferramentas necessárias para que os alunos possam progredir ao invés de regredir, promovendo a autoestima e desenvolvendo sua aprendizagem.

O ensino de Língua Portuguesa na EJA tem por objeto analisar e realizar uma ação de conhecimento de diversos textos e espécies que são organizados de diversas formas, em que o aluno deve praticar o exercício da leitura e da escrita, fazendo com que esse seja capaz de aprender e pôr em prática na sociedade. De acordo com os PCNs (2001), o ensino da língua tem sido o objetivo e a meta principal das discussões para melhorar a qualidade do ensino no Brasil e diminuir a exclusão social.

O domínio da língua tem a ver com a relação das pessoas em sociedade e é por meio delas que as mesmas se comunicam e tem acesso a qualquer tipo de informação para argumentar e defender diversos ponto de vista, compartilhar informações, e assim produzindo aprendizagem.

Podemos observar essa questão nos PCNs (2001, p. 19), quando diz que “o domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento”.

Em relação à professora, ela com certeza é um fator importante para a convivência no ambiente de sala de aula e na organização dos elementos que compõem. O professor desafiador que acredita e motiva o aluno, de forma geral, mantém uma relação positiva no sentido de despertar o interesse e o gosto pelo estudo, provocando troca de experiências e aprendizagens e assim se torna saudável e produtivo, atribuindo trocas de experiências.

Como afirma Freire (2001, p. 23), não se deve chamar “o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber”, que se estende além da experiência de forma a ter em conta as suas necessidades e o torne “[...] instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história”.

A relação professor-aluno é um aspecto de suma importância na organização dos elementos que compõem aquisição de valores e elementos que fazem com que os mesmos se sintam enriquecedores diante das práticas de ensino na situação em que se encontram, no entanto, os mesmos querem alcançar os objetivos e assimilarem juntos os conhecimentos, saberes, habilidades e competências.

De acordo com o que diz Piletti (1989, p.19): “o professor que tem entusiasmo, que é otimista, que acredita nas possibilidades do aluno, é capaz de exercer uma influência benéfica na classe como um todo e em cada aluno individualmente”. Sua atitude provoca e estimula comportamentos ajustados. “O clima da classe torna-se saudável, a imaginação criadora emerge espontaneamente e atitudes construtivas tornam-se a tônica do comportamento da aula como grupo”

A indisciplina é um fenômeno que impede ao jovem e ao adulto de aprender. Como afirma (JARDIM, 2009, p. 4):

“Não há mais respeito mútuo entre discentes e docentes; a indisciplina em sala de aula é uma constante; a dificuldade que os estudantes encontram em usar a linguagem escrita como elemento de reforço ou registro da fala, uma triste realidade; e atos de violência escolar já fazem parte do nosso dia a dia”.

A indisciplina ainda é um problema que permanece em sala de aula, causando desrespeito ao professor, atrapalhando os demais colegas e representa uma enorme dificuldade para o trabalho do docente, tornando uma aula confusa e com difícil controle da aprendizagem. Existem alunos indisciplinados e desmotivados que vão à escola com o objetivo apenas da certificação e que por vezes atrapalham os demais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. R. Os Jovens da EJA e a EJA dos Jovens. In: Oliveira, I. B de; PAIVA, J. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

ARROYO, Miguel. **A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão: a alfabetização e cidadania**. São Paulo: Rede de Apoio a Ação Alfabetizadora do Brasil, 2001.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: **introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2001.**

COLL, C.& Colomina, R. (1996). **Interação entre alunos e aprendizagem escolar**. In C. Coll, J. Palácios & A. Marchesi (Orgs), **Desenvolvimento psicológico: Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, (pp.298-314).

CUNHA, Eugênio. **Afeto e Aprendizagem**. Rio de Janeiro: WAP, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez. 2000.

- GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GERALDI, João Wanderley (org). **O texto na sala de aula**. São Paulo. Ática, 1999.
- JARDIM, Wagner R. S. **Dificuldades de Aprendizagem no Ensino Fundamental**, 2ªed. São Paulo: Loyola, 2005.
- KRASILCHIK, Myriam. **Práticas de Ensino de Biologia** 4ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. (p. 178)
- LEMME, Paschoal. **Memórias de um educador**. 2. ed. Brasília: Inep. 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 30ª ed. São Paulo. Cortez, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. **O professor e a construção da sua identidade profissional**. In: Seminário Internacional de Educação – Teoria e Políticas, São Paulo, 11, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA J. F; TOSCHI M. S. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2º Ed. São Paulo. Cortez, 2005.
- LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** 2010. Disponível em:<<http://www.cereja.org.br/pdf/revista> Acesso em Abril,2012.
- NÉRICI, I. G. **Educação e Metodologia**. 3ºEd. São Paulo: Pioneira, 1992.
- PAIVA, J. **Concepção curricular para o ensino médio na modalidade de jovens e adultos**: experiências como fundamento. In: FRIGOTTO, J; CIAVATTA, M (orgs). Ensino Médio: Ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC. 2004.
- PILETTI, Cláudio. **Didática. Didática Geral**. Editora Ática, 1989.
- PRESTES, Emília M. T. **Educação de jovens e adultos, política de qualificação do trabalhador e aprendizagem ao longo da vida: relações híbridas**. 2007-em processo de publicação.
- TAVARES, José et al. **Manual de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem**. Porto-Portugal; Porto Editora, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2000.